O SINÓLOGO E LATINISTA PADRE
JOAQUIM AFONSO GONÇALVES:
CONTRIBUTOS PARA A HISTÓRIA
DA TRADUÇÃO E DO DIÁLOGO
INTERCULTURAL EM MACAU

*Sinologist and Latinist Father Joaquim Afonso
Gonçalves: contributions to the history of translation
and intercultural dialogue in Macau*

CARLOS ASCENSO ANDRÉ

caa@fl.uc.pt

Universidade de Coimbra | Universidade Politécnica de Macau

ZHANG YUNFENG

zhangyunfeng@upm.edu.mo

Universidade Politécnica de Macau

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3390-1406>

<https://orcid.org/0000-0002-9995-8432>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-10_10

Texto recebido em / Text submitted on: 20/04/2024

Texto aprovado em / Text approved on: 16/09/2024

Biblos. Número 10, 2024 • 3.^a Série

pp. 243-268

RESUMO

Os estudos sobre o Padre Joaquim Afonso Gonçalves (Macau, 1813-1841), da Congregação da Missão Lazarista e professor do seminário de São José, referem os seus contributos para a pedagogia das línguas chinesa e portuguesa, mas há uma parte da sua obra à qual não costuma atribuir-se o merecido realce: a afirmação do latim como língua mediadora no diálogo cultural.

Obras como *Lexicon Manuale Latino Sincicum* (1839); *Lexicon Magnum Latino-Sincicum* (1841); e *Grammatica Latina ad usum Sinensium* (1828) são pouco referidas.

Elas sublinham duas coisas sobre as quais este trabalho se propõe refletir: a) a importância do latim em Macau em pleno século XIX; b) a utilidade do latim no diálogo intercultural.

O presente trabalho analisa as características das três obras e chama a atenção para a sua importância no contexto do diálogo de culturas e da história da tradução em Macau.

Palavras-chave: diálogo intercultural; história da tradução; Macau; Padre Joaquim Afonso Gonçalves; Congregação da Missão Lazarista.

ABSTRACT

Studies on Father Joaquim Afonso Gonçalves (Macau, 1813-1841), of Congregation of the Mission or Lazarists and teacher on St. Joseph Seminar, refer to his contributions to Chinese and Portuguese language pedagogy, but there is one part of his work that usually doesn't have the deserved prominence: the affirmation of Latin as a mediating language in cultural dialogue.

Works such as *Lexicon Manuale Latino Sincicum* (1839), *Lexicon Magnum Latino-Sincicum* (1841), and *Grammatica Latina ad usum Sinensium* (1828) are rarely mentioned.

Those books underline two things on which this paper aims to reflect: a) the importance of Latin in Macau in the middle of the 19th century; b) the usefulness of Latin in intercultural dialogue.

This paper analyzes the characteristics of the three works and draws attention to their importance in the context of the dialogue of cultures and the history of translation in Macau.

Keywords: intercultural dialogue; history of translation; Macau; Father Joaquim Afonso Gonçalves; Congregation of the Mission (Lazarists).

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, duas linhas de reflexão têm feito um percurso quase paralelo no âmbito dos estudos das relações entre Portugal e o Oriente: o ensino da língua portuguesa em Macau e no interior da China, por um lado, e, por outro, a história da tradução. Quase paralelas, sublinhe-se, por a bom rigor o não serem, atentos os recorrentes pontos de convergência.

Deliberadamente, por manifesta falta de espaço e por não ser tão amplo o objetivo do presente trabalho, que visa apenas questões de língua e tradução, uma e outra na dimensão intercultural, não se consideram aqui, não obstante a sua pertinência, outros domínios que têm a ver com as relações entre Portugal e a China (Macau incluído) nos séculos XVI e XVII. É certo que tais relações e suas implicações nos planos cultural, político, económico e religioso, entre outros, são da maior importância, como resulta claro de muitos estudos, entre eles os de Luís Filipe Barreto (Barreto, 2006), ou dos diversos trabalhos reunidos sob o título *Travels and Knowledge (China, Macau and Global Connections)* (Barreto and Zhiliang, 2018) ou *Macau, Past and Present* (Barreto and Zhiliang, 2015) ou ainda, mais recentemente, na excelente coletânea *Dálogos interculturais Portugal-China* (Morais, 2021).

Pese embora o facto de, nesse sentido, a sua ponderação não deixar de ser relevante para o assunto ora abordado, optou-se por não seguir essa via, uma vez que um tal rumo levaria muito para além dos objetivos aqui definidos e excederia inevitavelmente os limites impostos a um trabalho desta natureza.

O ensino da língua portuguesa em Macau e no interior da China tem suscitado cada vez maior atenção, em boa parte devido ao inusitado e espantoso crescimento que conheceu a partir do final da primeira década do presente século, mais no interior da China, mas também em Macau.

Quanto aos estudos de história da tradução, tema porventura de bem maior complexidade, têm atraído a atenção de um crescente número de estudiosos, desde logo porque a tradução, enquanto área de reflexão e estudo, tem vindo a suscitar o interesse de cada vez mais investigadores. Compreende-se que assim seja, se tivermos em conta diversos fatores, alguns dos quais vale a pena enumerar sumariamente.

- A importância da tradução no diálogo entre os povos, mormente, como é o caso, quando falam línguas tão distantes e tão distintas.
- O lugar determinante da tradução enquanto elemento mediador no diálogo intercultural e enquanto cimento dessa mesma interculturalidade.
- O contributo da tradução para a aproximação entre os povos.
- O lugar e significado político da tradução aos mais variados níveis.

Muitos foram os atores e variados os modelos de exercício dessa função mediadora. Os primeiros foram os “línguas”, como eram designados os tradutores ou intérpretes dos tempos mais recuados, no começo do diálogo entre os Europeus, em especial os Portugueses, e os povos com quem em suas viagens se iam cruzando, entre estes os Chineses.

Na China do século XVI coube aos padres da Companhia de Jesus um papel determinante no desenvolvimento de métodos eficazes ao serviço dessa função mediadora: aprenderam a língua e os costumes chineses e empenharam-se na criação de instrumentos que pudessem melhorar a comunicação e o diálogo. Nesse domínio destaca-se a ação de Michelle Ruggieri, a partir de 1579, e de Matteo Ricci, que a ele se juntou a partir de 1582. Foram estes, em articulação com Alessandro Valignano, seu superior, os primeiros a concretizar uma visão “que faz dos Jesuítas verdadeiros pioneiros no ensino das línguas orientais e na definição de uma estratégia consequente de abordagem do «outro»” (Paiva, 2008: 75; André e Yunfeng, 2022: 106). O segundo foi o que maior notoriedade alcançou: a ele se ficou a dever o primeiro dicionário português-chinês, que continua inédito, e muitas traduções de textos chineses.

Esta atividade dos padres da Companhia de Jesus prosseguiu no século XVII; Álvaro Semedo, um jesuíta português, terá concluído, à volta de 1640, um outro dicionário, de que não há mais do que notícias dispersas¹.

Em sentido oposto, os Jesuítas esforçavam-se igualmente por levar até aos chineses obras do pensamento ocidental, traduzindo-as para a língua

¹ No que diz respeito a dicionários, continua a ser uma excelente fonte de informação o artigo de Ramos (1988).

deles (Palazzo, 2014: 24). Assim, ora num sentido, português-chinês, ora no outro, chinês-português, a Companhia de Jesus, através dos seus membros, exerceu um notável labor que se consubstanciou na tradução de diversas obras fundamentais da cultura chinesa ou da religião cristã, até mesmo de obras de carácter científico, atenta a importância da astronomia para a cultura chinesa (André e Yunfeng, 2022: 108-109)².

Aos nomes referidos juntar-se-á no final do século XVII o Padre Tomás Pereira, porventura o português que mais elevado estatuto alcançou na corte imperial, em Pequim, e que mais destacadas funções desempenhou.

Neste mesmo século XVII já a tradução alcançara em Macau um particular estatuto institucional, com a criação, em 1627, do “Regimento do Língua da Cidade e dos Jurubaças Menores e Escrivães” (Li, 2013: 89). A publicação deste diploma legal representa inequivocamente o reconhecimento de um peso institucional aos mediadores da comunicação entre as autoridades portuguesas e chinesas. Seguia-se, afinal, o exemplo de Pequim, onde essa tarefa estava confiada a um colégio de tradutores, designado por Si-yi-guan (Paiva, 2005: 565). Em Macau tais funções eram confiadas a “filhos da terra”, ou seja, naturais de Macau que falavam a língua portuguesa. Os línguas ou jurubaças constituíam, por assim dizer, uma classe à parte, devido à sua proximidade com o poder, um misto de mediadores linguísticos e diplomatas.

Se em Macau todo este labor se concentrava especialmente no português, por motivos que facilmente se compreendem, no interior da China, devido à múltipla proveniência dos padres jesuítas para ali enviados em missão e, portanto, devido à diversidade das suas línguas maternas, o latim alcançava um lugar de particular importância. Daí que muitas obras da autoria desses jesuítas, até ao final do século XVIII, fossem publicadas em latim e que muitas das suas traduções fossem feitas do latim ou para latim. Entre tais obras figuram:

Embora publicado em Roma, em 1732, mas considerado um instrumento de apoio no comércio com a China, o *Dictionarium Latino-italico-sinicum*

² O trabalho de André e Yunfeng (2022) enumera em breves páginas as obras mais significativas do labor de tradutores dos padres jesuítas.

tam vocum, quam Litterarum seu Characterum usualium Sinensium, isto é, “Dicionário latim-italiano-chinês, tanto de palavras quanto de letras ou caracteres usuais chineses”.

E ainda o primeiro dicionário chinês-latim publicado em Macau, de Brasilio Brollo: *Dictionarium sinico-latinum R. P. Bazilii a Glemona missionario; cum indice copioso, characteribus inveniendis accomodato eorumque sinicis elementis ac linearum varie componentium elencho; his accessere sinensium antithetorum, particularum numeralium, vocum, quibus additur particula ta, atque cognominum accurate (sic) collectiones, cum Cyclo sinico* (“Dicionário chinês-latim do Rev. Padre Basílio, missionário de Glemona; com índice copioso ajustado à pesquisa por caracteres e pelos seus elementos chineses e com o elenco das frases que de modo vário o compõem; a isto se acrescentaram conjuntos de antónimos chineses, de partículas numerais, de sons, a que se junta a partícula *ta*, e de cognomes, com o calendário chinês”).

Neste percurso aqui sumariamente apresentado entre os séculos XVI e XIX, há nomes de referência e que contribuíram grandemente para o fortalecimento dos laços entre os dois povos, mas também para a criação daquilo a que pode chamar-se uma certa identidade macaense, por ser esse o espaço onde todo ele decorreu.

É justamente neste contexto que adquire particular significado a obra do Padre Joaquim Afonso Gonçalves, sacerdote da Congregação da Missão ou Lazarista ou Vicentino (1781-1841), que viveu em Macau a partir de 1814, onde foi professor no Seminário de S. José.

Chegou a Macau em 1813 ou 1814, com destino à China, onde os cristãos viviam então um momento conturbado na sua sempre oscilante relação com o poder imperial. As condições adversas resultantes de um edito do imperador Kiaking, que originou um clima de perseguições aos cristãos, levaram a que ficasse em Macau (Callery, 1846: 70); e ali permaneceu até ao fim dos seus dias, dedicado ao múnus sacerdotal e também ao ensino.

Estudou empenhadamente mandarim, durante vários anos, e depois cantonês, com tal dedicação e a tal ponto que isso lhe permitiu desenvolver uma notável atividade pedagógica no Seminário de S. José, no ensino do português a chineses e no ensino do chinês a europeus.

Dessa atividade resultaram três obras que fizeram dele um nome de referência: *Arte China constante de alfabeto e Grammatica comprehendendo modelos das diferentes composicoens* (1829); *Diccionario Portuguez-China* (1831); *Diccionario China-Portuguez* (1833), seguido de um “Dicionário tónico”. Todas as obras foram publicadas em Macau, no Colégio de S. José ou Seminário de S. José. A “Trilogia”, como é vulgarmente designado o conjunto das três obras, em especial a *Arte China*, é considerada um exemplo de um método inovador no que respeita ao ensino de ambas as línguas. Merecem particular referência a este respeito os estudos de Anabela Leal de Barros (Barros, 2017), Li Ling (Li Ling, 2020 e 2023), e Joseph Abraham Levi (2006).

Tudo isso se inscreve, é justo sublinhá-lo, na notável ação do Seminário de S. José ou Colégio de S. José, cuja importância pedagógica, “valor e contributo na formação de intelectuais que «se tornaram ilustres em todos os ramos da actividade humana» permanecerá, quer na história, quer no coração das gentes de Macau” (Zhang, 2020: 425).

Acontece que a atividade de Joaquim Afonso Gonçalves tem uma vertente, igualmente no campo pedagógico, mas não coincidente com a que acaba de referir-se, de que pouco se tem falado ou de que se tem falado apenas superficialmente: o seu trabalho em torno da língua latina ou, melhor dizendo, o seu trabalho de aproximação entre a cultura chinesa e as culturas ocidentais com mediação do latim. Este é um silêncio no mínimo estranho, tanto mais que na bibliografia de Joaquim Afonso Gonçalves a produção em latim e a produção em português quase se equivalem.

A lista das suas publicações neste domínio inclui os seguintes títulos:

*Lexicon Magnum Latino-Sinicum ostendens etymologiam, prosodiam, et constructionem vocabulorum*³, publicado em Macau, no Colégio de S. José, em 1841.

Lexicon Manuale Latino Sinicum. Continens omnia vocabula latina utilia,

³ “Grande dicionário latim-chinês, que apresenta a etimologia, a prosódia e a construção das palavras”.

*et primitiva, etiam scripturae sacrae*⁴, que viu a luz em Macau, igualmente no Colégio de S. José, em 1839.

*Grammatica Latina ad usum Sinensium Juvenum*⁵. Macau, Colégio de S. José, 1828.

*Vocabularium Latino-Sinicum, pronuntiatione mandarina latini litteras expressa*⁶, impresso também no Colégio de S. José, em 1837.

A estes títulos acresce ainda um *Dicionário Sinico-Latino*, que deixou inédito.

A razão de ser e o objetivo de tais obras não coincidem, como facilmente pode intuir-se, com os que estão subjacentes à “trilogia”: enquanto esta assumidamente se constituía como instrumento ao serviço do ensino do português a estudantes chineses que, presume-se, frequentariam o Seminário de S. José e do chinês a estudantes de língua portuguesa em idêntica situação, as obras em latim teriam seguramente outra ou outras finalidades; o mais natural é que se destinassem ao ensino do chinês a estudantes ocidentais de outras línguas maternas, pois não seriam poucos os que ali faziam a sua preparação para o desempenho de funções religiosas na China. Seja como for, num território onde o diálogo entre línguas e culturas já parecia ser, inquestionavelmente, entre o português e o chinês, surge uma outra língua na mediação entre as duas culturas, o que não deixa de constituir motivo para alguma perplexidade.

1. *GRAMMATICA LATINA*

A *Grammatica Latina*, como o próprio título indica, é para uso de chineses e foi a primeira das três obras a ser publicada (salvaguardado o facto de se desconhecer a data da primeira publicação do *Vocabularium*, como abaixo se refere). Trata-se de uma obra *post longam experientiam redacta* (“redigida após

⁴ “Dicionário manual latim-chinês, que contém todas as palavras latinas úteis e as primitivas e ainda as das escrituras sagradas”.

⁵ “Gramática latina para uso de jovens chineses”.

⁶ “Vocabulário latim-chinês, com a pronúncia latina expressa em caracteres latinos”.

longa experiência”), como se diz na folha de rosto, o que indicia tratar-se de apontamentos com finalidade didática destinados ao uso nas aulas de latim e resultantes dessa mesma atividade letiva.

Mais não é dito, pois não possui introdução ou algo que a ela se assemelhe. O começo é a apresentação do alfabeto latino, elaborada por forma a que esse alfabeto seja compreensível para chineses, ou seja, com um esforço sistemático no sentido de estabelecer um paralelo entre sons “latinos” e sons chineses. É um exercício minucioso e demorado, ao longo de doze páginas, que visa atenuar um dos problemas mais complexos (a pronúncia) no diálogo entre falantes de línguas tão diversas. Essa abordagem “fonética” se assim podemos chamar-lhe, é complementada (pág. 13) com um conjunto de regras de acentuação e de regras para definir a quantidade das sílabas em latim, todas elas expressas em língua chinesa.

À semelhança do que ocorre em todas as gramáticas tradicionais, segue-se a parte mais substancial da obra, respeitante à morfologia, designada com o termo genérico *declinationes*. São, portanto, considerados nas “declinações” os nomes (cinco declinações), os adjetivos, mas também, o que não é usual, os verbos; no caso dos nomes, adjetivos e pronomes, fazem parte também deste capítulo, numa articulação conjunta, as regras respeitantes ao “género”.

Os verbos seguem, portanto, o modelo das “declinações”, ou seja, são da 1ª, da 2ª, da 3ª ou da 4ª “declinações”, consoante sejam de tema em *-a*, de tema em *-e*, de tema em consoante ou de tema em *-i*. Não era esta a prática. A *Grammatica* do Padre Manuel Álvares, por exemplo, de 1572, integra os verbos num capítulo já nessa época designado *conjugationes*.

Segue-se, depois, um capítulo de exercícios, com frases em latim e em chinês, à semelhança do que sucede numa outra obra que deixou inédita, com frases, algumas delas em diálogo, em português e em chinês⁷.

Só então surge a sintaxe (capítulo VII), com tradução de palavras latinas para chinês (em obediência a uma ordem e critério difíceis de determinar), a que acresce a sintaxe dos casos, a sintaxe dos modos verbais e a sintaxe das conjugações.

⁷ Biblioteca Nacional de Portugal, COD 7975.

O penúltimo capítulo, designado *Colloquium*, é deveras interessante do ponto de vista cultural. São exercícios essencialmente de conversação, em latim e em chinês, como *Vnde eum noscis? – Ex Pekino* (“De onde o conheces? – De Pequim”). É, talvez, a parte da gramática mais relevante do ponto de vista do diálogo cultural, uma vez que as frases fazem repetido uso do quotidiano, com referências a lugares como Lusitânia (por Portugal, seguramente), Macau, Índia, cidades chinesas como *Nankinensis urbe* (Nanquim), e palavras de uso corrente como “porto”, “chegar”, “cristão”, e até alusões a factos da história recente, mesmo que controversos: *fuit ergo nuper in Christianos persecutio* (“... pois aconteceu recentemente uma perseguição contra os cristãos”), alusão inequívoca ao clima instalado contra os cristãos chineses, em resultado de um edito do imperador Kiaking, já acima referido. Este tema, de resto, aparece em outros exemplos de diálogos.

O último capítulo, também ele constituído por exercícios, é dedicado à atividade epistolar, a evidenciar um dos modos mais importantes do uso da escrita em latim. Padres das várias congregações, já desde os Jesuítas, mantinham entre si e com os superiores das suas ordens na Europa um comércio epistolar considerável, ainda hoje fonte para o conhecimento da história da presença dos portugueses e demais europeus no Oriente. Ainda que tal não seja determinante, é um sinal de que os potenciais utilizadores desta gramática se destinavam ao exercício de funções dentro da igreja católica, no quadro da missão.

Tais cartas versam assuntos vários e são datadas, em razão do assunto, de diversos locais: Macau, Shanghai, Lisboa, Suzhou, por exemplo.

2. O LEXICON MAGNUM LATINO-SINICUM

Bem mais volumoso e merecedor de maior e mais cuidada atenção é o *Lexicon Magnum Latino-Sinicum*, de 1841.

É certo que duas outras obras de idêntico teor já haviam sido publicadas antes: o *Vocabularium Latino-Sinicum*, de 1837, e o *Lexicon Manuale Latino Sinicum*, de 1839.

Acontece que o primeiro é aquilo que hoje se designa por “guia de conversação”, um tanto rudimentar e de uso quotidiano; a edição que se

conhece, aliás, segundo Callery, não passa de uma republicação de uma espécie de notas auxiliares de conversação quotidiana (Callery, 1846: 76). Não merecerão especial atenção, tanto mais que a *Grammatica*, já acima objeto de apreciação, e o *Lexicon manuale*, de que a seguir se falará, integram, segundo o mesmo autor, a maior parte dos exemplos que ali se encontram. Além disso, não constituem qualquer inovação do ponto de vista metodológico.

Quanto ao *Lexicon manuale*, de 1839, é bastante rudimentar; contém, segundo a nota da página final, 10.500 vocábulos, o que não é muito significativo, sobretudo se compararmos com o *Lexicon magnum*.

Dito por outras palavras, do ponto de vista que importa aqui considerar, as publicações tanto do *Vocabularium* como do *Lexicon manuale* são muito relevantes na medida em que constituem passos significativos no sentido do aprofundamento do diálogo intercultural; são ou pretendem ser instrumentos simples, de acesso rápido, com a finalidade de facilitar a comunicação entre dois povos entre os quais a diferença linguística constituía uma enorme barreira. Menos académicos e menos convencionais, foram seguramente preciosos auxiliares na aproximação dos vários membros da comunidade multilingue que era já nesse tempo a comunidade de Macau. E, diga-se deles o que se disser, não foram insignificantes, a avaliar pelas republicações de que foram alvo um e o outro.

Mais importante, porém, seja pelo seu volume, seja pelos recursos que disponibiliza, seja pela sua qualidade lexicográfica é o *Lexicon magnum*.

A abertura, na página III, em duas colunas, apresenta numa delas 13 notas, que são, por assim dizer, chaves de leitura, simples e em número manifestamente baixo, e, na outra, uma errata (*corrigenda et addenda*), com 26 menções, sete delas com tradução chinesa.

Curioso é que apresente, também no começo, um conjunto de *regulae syllabarum* ou “regras das sílabas”, todas traduzidas em chinês e não coincidentes, valha a verdade, com as regras de acentuação que figuravam na *Grammatica*, nem na quantidade, nem na forma, mas que são um sinal da importância dada à prosódia na aprendizagem do latim. Mais interessante ainda é uma nota aposta a estas “regras”, no rodapé da página: *Hae regulae et accentus sufficiunt ad rectam pronuntiationem, non autem ad poesiam, cui*

forte nullus Sinensium incumbet (“estas regras e acentuação são o bastante para a correta pronúncia, mas não para a poesia, à qual ninguém de entre os Chineses conseguirá aplicar-se” – pág. IV). Dito por outra forma, podem os Chineses aceder à comunicação ligeira, quotidiana, e até mesmo à prosa, mas não à elevada dimensão estética da poesia; o mesmo é dizer que este dicionário não tem em vista tão alto objetivo.

Segue-se, estranhamente, por não ser prática em dicionários, uma lista com oito exemplos de palavras latinas que têm origem em declinações gregas, repartidas por três declinações, todas elas com a respetiva tradução chinesa. Sendo o grego certamente desconhecido dos chineses, apenas se descortina um motivo para esta lista, o facto de a declinação não coincidir com o modelo latino exemplificado na *Grammatica* de 1828.

Sem quaisquer outras notas introdutórias ou considerações, o dicionário inicia-se logo depois, em duas colunas e ao longo de 779 páginas, com uma média de 20 entradas por coluna, o que perfaz um total de palavras superior a trinta mil, número considerável para a época. Para cada palavra latina é apontado um ou mais significados em caracteres chineses, por via de regra 2 ou 3, embora em alguns casos vá até 6 (acima desse número é raríssimo).

Para cada palavra, à qual se acrescenta uma brevíssima identificação morfológica relativa ao género, no caso dos nomes (*m.*, *f.* ou *n.*), ou à conjugação, no dos verbos (1, 2, 3 ou 4), há exemplos de utilização (a que não podemos chamar abonações, visto não ser mencionada a origem ou lugar da ocorrência), utilizações ou “abonações” essas, em muitos casos, bastante estranhas, sem aparente motivo que as justifique, o que indicia tratar-se de um dicionário com objetivos específicos (a comunicação imediata) e, se a expressão é consentida, sem demasiada ambição.

Um exemplo: para ilustrar o uso da copulativa *ac* “abona-se” com a frase *aliter scribo ac sentio* (em chinês 吾寫者有別於想者也). É correto, mas verdadeiramente elementar.

Uma breve apreciação do conjunto quanto ao número de significações para cada palavra revela pormenores que não deixam de nos surpreender. Alguns exemplos, sem qualquer pretensão de exaustividade:

Aduenio apenas apresenta um significado, 到 (“vir”).

O verbo *amo*, de larga utilização na linguagem escrita e falada, é documentado com duas significações (愛 e 好)⁸ e cinco “abonações”.

Ao invés, o termo *basilica* apresenta oito significações, que remetem todas para espaços grandes e ligados ao fausto e ao poder, como “salão” (高大堂), “mansão de príncipe” (王府) ou “casa do Senado” (議事廳), numa clara desproporção em relação a outras palavras; idêntica desproporção se verifica no tocante a *beatus*, com significações expressas em doze caracteres, entre elas 有福者, 富, 尊貴者 (“abençoado”; “rico” ou “afortunado”; “pessoa de alta estima” ou “pessoa venerada”) e a *biblos*, com onze. Nos três casos, o elevado número de significados por comparação com tantas outras palavras tem a ver seguramente com o facto de serem palavras de uso mais ou menos corrente em textos usados na liturgia e na linguagem própria da Igreja.

No tocante a “abonações” (no sentido habitual da linguagem lexicográfica, isto é, de exemplo de frases onde a palavra em causa é utilizada com um determinado significado), vale a pena referir alguns aspetos: a palavra *bibo*, por exemplo, é documentada com nove frases, número excessivo ou desproporcionado, por comparação com outras, algumas delas de pertinência e representatividade discutível: *bibo nomen eius* (“bebo o seu nome”).

Neste domínio vale a pena referir uma particularidade: o verbo *do* e o verbo *facio* são as palavras com maior número de “abonações” – 46 no primeiro caso, 58 no segundo; não há em todo o dicionário paralelo quanto a esta dimensão. Compreende-se, de alguma forma, dada a multiplicidade de utilizações de um verbo e do outro; o que dificilmente se entende é a inexistência de outras situações semelhantes, se tivermos em conta a existência de tantas outras palavras com não menos variada utilização, como *fero*, *sum*, *res* e tantas outras.

Em muitos casos, essas “abonações” podem referir-se ao contexto quotidiano dos destinatários da obra, em ambiente ligado à Igreja e à religião, mas essa não é a característica dominante. Parece, pelo contrário, haver algum cuidado de não ligar excessivamente o dicionário a esse ambiente

⁸ Em boa verdade, ambos os caracteres significam “amar”, ou seja, trata-se, não de duas significações, mas de duas representações gráficas de uma só.

em que seria utilizado; mas, fosse por distração ou intencionalmente, nem sempre isso sucedia. Por vezes é perceptível que as “abonações” provêm de textos das escrituras ou de escritos da Igreja. A propósito da palavra *sententia*, por exemplo, uma das abonações apresenta o nome *Paulus*, seguramente S. Paulo. E é sintomático que a “abonação” da preposição *ab* seja com uma menção ao nome de Santo António, *Antonius ab Olisipone*, que a tradução chinesa diz exatamente da mesma forma, “António de Lisboa” – 安多尼里斯包人⁹.

Causa estranheza, por outro lado, a classificação de muitas palavras como de origem “bárbara”, “incerta” ou mesmo “obsoleta”. De facto, é isso mesmo que refere a última das notas iniciais, que diz respeito a um sinal de profusa utilização no dicionário: *. A nota diz o seguinte: *vocabulum obsoletum, barbarum, incertum*. Tal sinal, o mesmo é dizer tal classificação, surge inúmeras vezes e apresenta ocorrências em quase todas as páginas. Acontece, porém, que muitas dessas palavras nem são de origem bárbara, nem são obsoletas, nem de origem incerta, pois estão documentadas em autores antigos, não raro desde a época clássica. Vejamos uma vez mais sem pretensões de exaustividade:

Catechesis, catechismus e catechumenos, assim assinaladas, são referidas nos dicionários mais qualificados e com abonações colhidas em S. Jerónimo.

Citer e citerius estão longe de ser barbarismos, pois são utilizadas por escritores latinos da época clássica. O mesmo pode dizer-se de *cito*, já utilizada por Cícero.

Clericus, por seu turno, aparecia em S. Jerónimo, ao passo que *conscipio* pode encontrar-se em Varrão.

Também *episcopalis* merece a classificação com asterisco, quando está documentada em textos do século IV, pelo menos.

O mesmo se dirá de *evangelicus* e todas as palavras da mesma família, como *evangelista, evangelium, evangelizo* (não obstante a presença da letra

⁹ Os caracteres não indicam propriamente uma significação, mas uma espécie de transcrição fonética de “António de Lisboa”.

/z/, estranha em latim). Todas elas existem na tradição patrística e *evangelizo* está documentada em S. Isidoro de Sevilha.

Igual estranheza suscita idêntica classificação para *Parochia*, uma vez que é uma palavra corrente nos padres da Igreja, frequente em S. Agostinho e S. Jerónimo, por exemplo.

Mais estranho ainda é que *eum* seja assinalada como uma forma “bárbara ou obsoleta” de *eorum*, quando os autores da época de ouro da literatura latina usam essa forma alternativa de genitivo do plural, não apenas nesta como em muitas outras palavras.

3. O *LEXICON MAGNUM* E A RELIGIÃO

Uma parte das palavras acabadas de referir cabem dentro do universo semântico ligado à religião ou pelo menos à Igreja católica, seja na liturgia, seja nos textos sagrados, seja na administração ou em outras áreas.

Na presunção de que a obra de Joaquim Afonso Gonçalves teria como destinatários mais imediatos estudantes do seminário de S. José de origem não chinesa que faziam a sua formação para mais tarde desempenharem qualquer tipo de função na Igreja compreender-se-ia que esse conjunto de palavras, isto é, ligadas direta ou indiretamente à linguagem específica da Igreja, às suas práticas, rituais, organização, etc. possuísem lugar destacado no dicionário. Lido, no entanto, o *Lexicon magnum* com muita atenção, verifica-se que há exemplos que o confirmam, do mesmo modo que há omissões que o infirmam.

Começemos pelos primeiros, entre os quais se situam algumas das palavras acabadas de referir a propósito dos “barbarismos” e que, conforme fica provado, não o são: *catechesis*, *catechismus*, *catechumenos*, *clericus*, *episcopalis*, *evangelicus*, *evangelista*, *evangelium*, *evangelizo*, *parochia* são todas elas palavras desse universo e a sua presença no dicionário deve-se, em grande parte, aos seus expectáveis utilizadores.

O mesmo pode dizer-se de *circuncisio*, palavra cuja utilização na *Bíblia* a torna indispensável nesta obra.

Nativitas não é um termo de uso exclusivamente cristão; mas a única expressão referida para o abonar é *nativitas dei*, “o nascimento de Deus”, o que é por si só significativo.

A palavra *Pentecoste* é um bom exemplo de um falso “barbarismo” e de um termo dicionarizado em razão do seu significado bíblico. A tradução chinesa remete para a presença do “espírito sagrado”, ou seja, para a dimensão religiosa (cristã) da palavra. Estranho é que seja assinalada com asterisco, como palavra “bárbara” ou de origem “obsoleta” ou “incerta”, quando está já registada desde Tertuliano, no século II. Acresce uma segunda estranheza, que tem a ver com a omissão no dicionário de um termo da mesma família, *Pentecostalis*, também de natureza bíblica e igualmente registado em escritos de autores cristãos antigos.

Pontifex é simplesmente identificado com a palavra “pastor”. Mas o exemplo aduzido, a “abonação”, é *summus pontifex*; apesar de se não registar o significado da expressão, parece indubitável que remeta para a figura de topo da hierarquia da Igreja.

Com *Psalmus* verifica-se algo semelhante: por um lado, a classificação de “barbarismo” ou de “origem obsoleta” é manifestamente desadequada, uma vez que já era utilizada desde o século III, quando foi usada por Lactâncio. Por outro lado, a presença no dicionário tem a ver inequivocamente com o seu significado enquanto “oração” ou “prece cantada”, que é a que resulta do contexto bíblico onde é utilizada.

Já quanto à palavra *Religio*, deve notar-se o extremo cuidado posto no seu tratamento, no qual são utilizados 17 caracteres e sete “abonações”. Nesses caracteres juntam-se os conceitos de sagrado, regras, temor, punição, respeito, preceitos religiosos: 教规; 怕罪; 忌憚; 謹守分; 異端; . O seu enquadramento no contexto da religião cristã é visível nos significados utilizados. O mesmo sucede com as expressões usadas como “abonação”, entre as quais: *mibi non est religio* (“não possuo religião”); *religio vitae* (“religião da vida”); *eripere religionem a domo sacra* (“roubar a religião da casa sagrada”), a par de outras.

Sacramentum e *sacrarium* são dois termos já largamente utilizados pelos autores clássicos para designar, respetivamente, um ritual solene e o espaço onde se guardam peças dedicadas ao culto. O modo como são aqui apresentadas, sem desprezar o sentido que já tinham na antiguidade clássica, reflete a finalidade do dicionário e dos seus destinatários, com o realce dado à dimensão sagrada do lugar, num caso, e do ato, no outro. Entre as significações de *sacramentum*, por exemplo, figuram conceitos que têm a ver com “juramento” – 發誓 ou 共誓.

Tal como sucedia com *religio*, aliás, a palavra *sacer* e todas as da mesma família são cuidadosamente tratadas. Até mesmo a palavra “sacerdote”, em latim *sacerdos*, é objeto dessa prudência; os significados fornecidos são 鐸德, 和尚, 司教; a primeira e a última remetem para o exercício de funções rituais sagradas e a segunda é a mesma utilizada para designar “monge budista”. Compreende-se que assim seja, uma vez que o “sagrado”, independentemente da crença em que se fundava, era algo que suscitava profundos sentimentos de respeito e veneração, tanto entre chineses como entre cristãos. Joaquim Afonso Gonçalves, ao agir com prudência, demonstra particular sensibilidade para as dificuldades do diálogo intercultural, domínio onde a religião detinha um espaço particularmente delicado.

Neste conjunto de palavras justifica-se ainda uma menção a *votus*; não propriamente pela palavra em si ou pelo seu significado, mas pela expressão utilizada para a abonar: *annuit votis nostris Deus*, ou seja, “Deus foi propício aos nossos votos”. É uma expressão de claro sentido religioso e cuja presença aqui somente a identidade dos destinatários do *Lexicon* parece explicar.

Finalmente, a encerrar o conjunto de palavras de referência religiosa, direta ou indireta, a palavra *mors*. Não possui, obviamente, essa dimensão nem remete para esse universo nem os significados elencados no *lexicon* sugerem qualquer interpretação nesse sentido. A razão de ser aqui mencionada tem a ver com a última das expressões listadas como “abonação”: *omnes per mortes animam sntem dedit*, em chinês 此犯人受萬刑而亡 (“por todas as mortes entregou a alma inocente”¹⁰). Salvo melhor opinião é uma alusão implícita à morte de Cristo, que se entregou por toda a humanidade. Não está inequivocamente expresso, mas, atento o autor, os objetivos do dicionário e os seus potenciais utilizadores, depreende-se que seja esse o sentido. É um bom exemplo de como, ora de forma mais aberta, ora de modo mais velado, a dimensão “cristã” do *lexicon* é assumida.

¹⁰ Neste caso a opção de JAG é um pouco estranha e pouco compreensível. A frase “por todas as mortes entregou a alma inocente” é tradução da expressão latina, mas a que vem transcrita em chinês não corresponde, pois, a bom rigor, significa “sofreu muitas punições antes de morrer”.

Nem sempre, porém, assim é. Também há exemplos – e não são poucos – onde se esperaria a presença desse mesmo universo religioso e isso não acontece.

Majestas é uma palavra comum, não raro associada a Deus, como surgia associada às divindades dos antigos gregos e romanos. Nem isso se depreende das significações apontadas nem das “abonações”, onde apenas uma, a última, refere a *majestas deorum*, a “majestade dos deuses”.

Em *passio* não existe qualquer referência ao significado bíblico, ou seja, à Paixão de Cristo. O mesmo se diga de *pater*, onde não há qualquer referência a Deus, ou em *peccatus* e *pecco*, que não documentam qualquer relação com o conceito cristão de pecado; e ainda a *peregrinus*, *peregrina* e *peregrinatio* palavras que a religião cristã utiliza frequentemente para referir a passagem do ser humano pelo mundo, conceito esse aqui inexistente; de modo semelhante, *gloria* e *gloriaris*, tão frequentes na liturgia, não merecem qualquer destaque nesse domínio, tal como o verbo *laudo* não é abonado por qualquer frase colhida na liturgia e *laus*, nesta tão recorrente, nem sequer dá origem a uma abonação com *laus dei*. E até a palavra *lux* não dá origem à menção de qualquer significação religiosa.

O mesmo se passa com *propheta*; o significado documentado é o mais comum e mais antigo, isto é, a pessoa que tem o dom de prever o futuro, mas sem qualquer indicação que permita vislumbrar entre os referentes os profetas da Bíblia.

Por vezes a ausência dessa dimensão religiosa ou cristã nota-se na omissão da própria palavra, como sucede com *ressurrectio*, aqui não dicionarizada; ausência tanto mais surpreendente quanto é certo que a palavra já fora utilizada nos escritos do cristianismo desde Lactâncio, no século III. É certo que se regista *resuscito*, mas apenas com a significação clássica de “ressurgir”.

Seria expectável que em alguns termos se sentissem cuidados especiais, atenta a sua utilização nos textos sagrados e nos textos do cristianismo em geral. Um desses casos é *sanctus*, que não parece ter suscitado especiais problemas, outro é *sanguis*, que em nenhuma “abonação” remete para o sangue de Cristo, ou *Verbum*, palavra nuclear na reflexão filosófica cristã e de particular complexidade que não transparece aqui em momento algum.

E até *Satanas* é simplesmente o “diabo”: 魔鬼.

Estamos, pois, perante duas situações de sinal contrário: são muitos os exemplos em que o tratamento de determinadas palavras, o seu significado, as expressões citadas em jeito de “abonação” parecem deixar claro que o autor tem em mente nas suas escolhas o ambiente escolar em que o dicionário seria utilizado, os seus leitores imediatos e os objetivos que os levavam a fazer uso dele, ou seja, para dizer brevemente, o contexto de missão cristã; mas há, por outro lado, exemplos do contrário, mais por omissão do que por ação, na medida em que palavras existem cujo tratamento, por idêntica razão, se esperaria que revelasse esse mesmo contexto, mas que são omissas no tocante a quaisquer relações com a Igreja. A isso se voltará mais adiante.

4. NOTAS ESPECIAIS

Algumas notas adicionais que o *Lexicon magnum* propicia.

A primeira tem a ver com as unidades de contagem do tempo e palavras relacionadas com essa mesma realidade (a contagem dos meses, por um lado, a designação dos dias da semana, por outro). Trata-se de algo que constitui, não raro, um problema de comunicação mais ou menos sério no diálogo entre culturas, não apenas entre culturas tão diferentes como são as do Ocidente e a chinesa, como também, por vezes, entre as várias expressões linguísticas dos países ocidentais. No primeiro caso, o problema assume particular delicadeza, tendo em conta o lugar que a astronomia e o calendário que dela depende ocupam a todos os níveis de organização da sociedade chinesa. A história da China e a história da presença de ocidentais na China estão repletas de exemplos de crises e conflitos resultantes de divergências ocorridas na “gestão do calendário”. O assunto, por isso mesmo, merece um cuidado muito particular da parte do Padre Joaquim Afonso Gonçalves.

Começemos por olhar a palavra *dies*, para a qual são apresentadas as significações expectáveis, sem lugar à polissemia que tinha no latim clássico. O cuidado especial, entretanto, é posto nas expressões que exemplificam o uso da palavra (as “abonações”), onde são apontados, um por um, os dias da semana, na sua origem não cristã: *dies solis* – “domingo”; *dies lunae* – “segunda-feira”; e por aí adiante, até *dies Saturni* – “sábado”, sem que a isso se

acrescente qualquer explicação. Dada a múltipla origem dos estudantes do Seminário de S. José, tudo leva a crer que se verifique neste caso a necessidade de facultar a tradução dos nomes dos dias da semana a partir da sua origem, a qual persistia (como persiste ainda hoje) nas designações que possuem nessas línguas: *lunes, martes, miercoles*, etc., para o espanhol, *lundi, mardi, mecredi*, etc., para o francês e assim sucessivamente. Para cada nome é dada a grafia em chinês, que obedece a uma lógica semelhante à que ainda hoje possui a escrita chinesa, onde os dias da semana são grafados com o carácter que indica semana, isto é, 星期, seguido do carácter (numeral) que indica a posição do dia na semana, a partir de segunda-feira, que será o dia um. Assim, temos 星期 – para segunda-feira, e, depois, os mesmos dois caracteres, seguidos de 二, 三, 四, 五, 六 e 日, respetivamente para terça, quarta, quinta, sexta, sábado e domingo. No *lexicon*, os caracteres para sexta, sábado e domingo são ligeiramente diferentes deste, mas, no essencial, o que importa destacar é a preocupação do autor de estabelecer uma relação entre os três modelos, português, europeu não português e chinês, sendo que a lógica do sistema chinês e a do sistema português coincidem, no uso da ordenação numeral.

Problema peculiar é o que tem a ver com uma das unidades de contagem do tempo, no caso das línguas ocidentais o mês. Os Chineses, como é sabido, possuem um calendário de organização diferente, baseado nos ciclos lunares, o que leva a que o ciclo anual seja também diferente.

Em razão disso, a palavra *luna* justifica um quadro, com apresentação gráfica única em todo o dicionário, o que é indício claro da atenção que o autor entende merecer o assunto, e com o título *Lunae vel menses Sinenses* (“luas ou meses chineses”).

Aí se indicam alguns dias que ocorrem em cada uma das doze luas e a relação de tais luas com o signo do Zodíaco, por ser impossível definir de modo rígido em que dia começam e em que dia acabam. Em pormenor: a 1ª lua inclui o início do signo de Peixes e corresponde ao tempo das chuvas; a 2ª compreende o começo da primavera, a 21 de março, e é tempo de “céu sereno”; na 3ª tem início o signo do Touro; na 4ª começa o signo de Gémeos, as sementeiras estão a meio do seu ciclo (“semicheias”) e as espigas começam a despontar; a 5ª é o tempo do solstício de verão, no dia 21 de junho;

a 6^a inclui o início do signo do Leão, e os seus dias são de canícula; na 7^a situa-se o começo do signo da Virgem e é tempo do orvalho matinal; na 8^a situa-se o outono e é tempo de madrugadas frias; a 9^a inclui o dia inicial do signo Escorpião e é já tempo de geadas; na 10^a começa o signo de Sagitário, é tempo de neves pouco intensas, mas também de fortes nevões; na 11^a tem lugar o solstício de inverno, a 22 de dezembro, e é tempo de frio; na 12^a tem início o signo de Aquário, é tempo de frio intenso e, a 4 de fevereiro, é o começo da primavera¹¹.

As datas indicadas, porém, não são precisas, diz uma nota adicional, dado que o calendário chinês, organizado em função das luas, leva a alguma “flutuação”. Em duas outras notas explica-se, em primeiro lugar, o modo de determinação das Luas e, logo depois, a forma de dizer as datas em caracteres chineses, isto é, o cálculo a fazer com vista a determinar a correspondência entre o dia do calendário ocidental e o do calendário chinês e também os caracteres adequados para exprimir esse dia.

A larga atenção dedicada a este assunto reflete a sensibilidade especial do autor do dicionário em relação a ele, sinal de que tinha perfeita consciência da importância do calendário na organização social chinesa a todos os níveis, fosse na vida política ou na vida social quotidiana, fosse nos rituais ou na celebração de grandes acontecimentos. Havia, de resto, uma entidade com a função específica de gerir o calendário, a qual detinha lugar de grande destaque na hierarquia do poder. Conhecer tudo isso era indispensável para o sucesso no diálogo entre culturas e Joaquim Afonso Gonçalves mostra ter disso perfeita consciência.

Acontece, por outro lado, que a situação ganhava maior complexidade pelo facto de os meses do calendário ocidental não terem todos o mesmo número de dias. Por necessidade de deixar clara essa particularidade, à apresentação da palavra *mensis* é aposta uma nota, em latim e em chinês, que repete uma velha lenga-lenga da tradição portuguesa: *triginta dies habent November, Aprilis, Junius et September; viginti octo Februariis continet; reliqui vero triginta*

¹¹ A festa de início da primavera, entre os Chineses, é no começo de fevereiro.

unum. Ou, como diz o povo português: “trinta dias tem novembro / abril, junho e setembro; / de vinte e oito há só um; os mais são de trinta e um”.

Três outras notas breves, relativas a pormenores interessantes:

Um dos exemplos abonatórios da palavra *natio* (“nação”) é *natio candidatorum* (“nação dos candidatos”), sem que se perceba muito bem o porquê de tal escolha.

Entre as palavras que suscitaríamos dificuldades do ponto de vista cultural está a palavra *fatum*, visto que “destino” não tem o mesmo valor semântico nas duas línguas. O dicionário dá-lhe o significado de “destino” ou “desígnio celestial” (天命), “morte” (亡), “inevitável” ou “incontornável” (不可免), ou o interessante “livro que fala do futuro” (言未來之書).

Na palavra *Jesus*, ao contrário do que sucede com todas os outros nomes, onde, como é usual, se indica o nominativo e o genitivo, menciona-se toda a declinação: *Jesus, -u, -u, um, -u, -u*.

Ao contrário de outras palavras que se prestariam à exposição de variedade semântica, mas em que isso não acontece, a palavra *Jus* (“direito”, “lei”), dada a sua complexidade, é exemplificada (“abonada”) com frases várias que apontam para uma multiplicidade de conceitos: *Jus naturae* (“direito natural”); *jus civile* (“direito civil”); *Jus sacrum* (“direito sagrado”); *jus divinum* (“direito divino”); *jus gentium* (“direito dos povos”). Também aqui se revela especial sensibilidade para as delicadas questões de natureza cultural cuja percepção era indispensável para o sucesso no diálogo com o “outro”.

Em *machina*, abona-se com a expressão *machina mundi*. Dado que “máquina do mundo”, designação a que Luís de Camões deu consagração literária, não regista ocorrências em latim clássico, por ter sido criada por Ptolomeu, no século II, causa alguma estranheza esta “abonação”, uma vez que, neste caso, a haver coerência, caberia a designação de “obsoleta” ou “bárbara”.

5. LEXICON MANUALE

O *Lexicon manuale* foi publicado antes do *Lexicon magnum* e depois do *Vocabularium*. É uma continuação deste, portanto, no sentido de que constitui um instrumento de uso simples no dia a dia, com vista a facilitar a expressão em

chinês, a nível escrito e a nível oral. Se o *Vocabularium* era um guia de conversação, o *manuale* é um auxiliar da escrita e também da conversação. É, por isso, rudimentar e sem ambições. A própria dimensão o deixa claro: 10.500 palavras (número indicado no final do livro), em 498 páginas a uma só coluna.

O próprio título assume esta natureza simples: *Continens omnia vocabula Latina utilia et primitiva, etiam scripturae sacrae* (“contendo todos os vocábulos latinos úteis e primitivos e ainda da Sagrada Escritura”). Dito por outras palavras, os critérios de seleção foram a utilidade e a sua abonação em autores antigos e em textos da Sagrada Escritura. Isso elimina da listagem dois tipos de palavras: as que não possuam qualquer utilidade, isto é que não se prevê sejam objeto de uso por parte dos destinatários imediatos, as que não estejam registadas em autores antigos, isto é, as do latim tardio, exceto, neste caso, se estão registadas nos textos bíblicos.

À semelhança do que ocorria na *Grammatica*, tem, a abrir, as regras de acentuação, sinal da importância dada a este elemento na pedagogia desse tempo, mas somente expressas em língua chinesa e não em texto bilingue.

Apresenta a seguir uma lista de desinências de substantivos, por ordem alfabética; são 24 terminações, sem que seja dada qualquer explicação ou justificação para essa lista, cuja utilidade se não depreende facilmente. Vale como exemplo a terminação *-edo*, como em *dulcedo* (“doçura”). A razão de ser para esta apresentação é obscura.

O mesmo pode dizer-se da lista de terminações de adjetivos que vem a seguir e bem assim da lista de “grecismos” logo depois. E nem a nota que segue cada lista esclarece sobre os seus motivos, pois apenas diz que para outras palavras se procure no *lexicon*.

Segue-se então o *Lexicon*.

Ao contrário do que sucederá no *Lexicon magnum*, bem mais exaustivo e exigente, as notas aqui são raríssimas; de carácter lexicográfico ou semântico não aparece uma só. A única nota, aliás, em todo o dicionário surge na página 157, a respeito de *ex*: *In compositis saepe post ex omittitur S secundi verbi, v. g. Exurgo pro Exsurgo*. Trata-se da assimilação, uma regra elementar da formação de palavras em latim, cuja presença aqui é, no mínimo, incoerente, na medida em que ela se aplica em muitos outros prefixos além do prefixo *ex*.

BREVES NOTAS CONCLUSIVAS

Na atividade pedagógica a que se dedicou mais de dez anos após a sua chegada a Macau em 1813, o Padre Joaquim Afonso Gonçalves não se circunscreveu ao método indubitavelmente inovador para o ensino do português a chineses. Num tempo em que a língua latina era ainda instrumento de comunicação na Igreja católica voltou também para aí a sua atenção. No caso do latim, onde deixou obra significativa publicada e alguma inédita, o seu trabalho consistiu em dois instrumentos específicos: um voltado para o vocabulário (dois dicionários e um guia de conversação) e outro para as regras do bem falar (uma gramática). Em ambos os casos é visível a consciência de que a diferença cultural era um dos problemas a superar.

A leitura do maior dos seus dicionários de latim-chinês, o *Lexicon magnum*, mas também das suas demais obras, revela uma preocupação sistemática com os problemas do diálogo intercultural. Tais problemas mais se ampliavam pela circunstância de os instrumentos que concebeu nascerem num contexto específico, o ambiente de missionação. A sua sensibilidade nesse particular é visível na ação e na omissão: na ação, porque não esconde que são tarefas ligadas à expansão da religião católica que subjazem à concepção de tais instrumentos; na omissão, porque se percebe com clareza o cuidado com que evita ser ostensivo ou mesmo insistente em demasia quanto a esse contexto, na abordagem das palavras, do seu valor semântico, do seu uso quotidiano.

Em suma, Joaquim Afonso Gonçalves, cujo método de ensino do português os estudiosos reconhecem ser fortemente inovador, surpreende pela atenção dada ao latim e por, em tempo tão tardio, já no segundo quartel do século XIX, entender que o latim, língua decerto em desuso, só fazia sentido na ótica de um diálogo intercultural, a mesma que deixou subjacente aos seus *métodos* de ensino do português.

BIBLIOGRAFIA

- Álvares, Manuel (1572). *Emmanuelis Alvari e Societate Iesu De institutione grammatica libri tres*. Lisboa: João Barreiro.
- André, Carlos Ascenso; Yunfeng, Zhang (2022). A importância da tradução (português e latim) no diálogo China-Portugal. *Humanitas*, 80, 103-122.

- Barreto, Luís Filipe (2006). *Macau: poder e saber, séculos XVI e XVII*. Lisboa: Editorial Presença.
- Barreto, Luís Filipe and Zhiliang, Wu (2015). *Macau, Past and Present*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau e Fundação Macau.
- (2018). *Travels and Knowledge (China, Macau and Global Connections)*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau e Fundação Macau.
- Barros, Anabela Leal (2017). *O método de Joaquim Afonso Gonçalves para o ensino-aprendizagem do Chinês e do Português*. Braga: Edições Húmus.
- Callery, J. M. (1846). Notice biographique sur le père J. A. Gonçalves, comprising an account of his life with notices of his various sinological productions. In *The Chinese Repository* (69-80). https://books.google.pt/books?id=j1KU9jclWrEC&pg=PA69&hl=pt-PT&source=gbs_toc_r&cad=2#v=onepage&q&f=false (consultado em 2024.04.18).
- Levi, Joseph Abraham (2006). *Padre Joaquim Afonso Gonçalves (1781-1834) and the Arte China (1829): An innovative linguistic approach to teaching Chinese grammar*. https://www.researchgate.net/publication/260019642_Padre_Joaquim_Afonso_Goncalves_1781-1834_and_the_Arte_China_1829_An_innovative_linguistic_approach_to_teaching_Chinese_grammar (consultado em 2024.04.18).
- Li Changsen – James Li (2013). Estilo de Macau – Formação, características e impacto na tradução para o idioma sínico. In Li Changsen; Luís Filipe Barreto (Eds), *Para a história da tradução em Macau* (89-115). Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau e Instituto Politécnico de Macau.
- Li Ling (2020). *Da variação na obra do Pe. Joaquim Gonçalves: formulações alternativas em português e chinês*. Braga: Universidade do Minho (diss. mestrado).
- (2023). Estratégias e práticas de tradução do Padre Joaquim Gonçalves: uma análise dos dados bilíngues preservados na sua trilogia para o ensino-aprendizagem do chinês. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, 10, 162-181.
- Morais, Carlos; Geo Zhiyan; Rangel, Jorge A. H.; Ferreira, António Manuel; Brasete, Maria Fernanda; Ran Mai; Coimbra, Rosa Lúcia (Eds.) (2021). *Diálogos interculturais Portugal-China 2*. 2 vols. Aveiro: Instituto Internacional de Macau e Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro.
- Paiva, Maria Manuela Gomes (2005). O 1º regimento do Língua da cidade de Macau. In Maria Luísa Romana Garcia (Ed.), *II AIETI. Actas del II Congreso Internacional de la Asociación Ibérica de Estudios de Traducción e Interpretación, Madrid, 9-11 de febrero de 2005* (561-572). Madrid: AIETI.
- (2008). *Traduzir em Macau: ler o outro – para uma história da mediação linguística e cultural*. Lisboa, Universidade Aberta.

- Palazzo, Carmen Lícia (2014). Os Jesuítas como atores privilegiados na comunicação de imagens da China para a Europa, século XVI a XVIII. *Tuiuti – Ciência e cultura*, 48, 13-31.
- Ramos, João de Deus (1988). Os dicionários luso-sínicos. *Revista de cultura*, 2.6, 42-47.
- Zhang, Minfen (2020). Estudo sobre o modelo de formação dos tradutores do Seminário de S. José de Macau. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 20, 419-441.